

DISCURSIVIDADES E EFEITOS DE (DES)LEGITIMAÇÃO: UMA ANÁLISE DAS MANIFESTAÇÕES DE MAIO DE 2019 NA MÍDIA *ONLINE*

Monalisa Íris Quintana¹

Cauê Duarte Moreira dos Reis²

Pensar as discursividades que circulam na mídia *online*, sobretudo considerando a efervescência política de 2019 no Brasil, inevitavelmente nos leva ao processo de constituição da história, sempre afetado pelo simbólico. O discurso, conforme Orlandi (2015), é a palavra em curso, uma prática social em que a produção de sentidos é perpassada pela forma como o sujeito, descentrado, é influenciado pelo real da língua e pelo real da história. Para Pêcheux (1995), a noção de *discursividade* extrapola algumas concepções acerca do funcionamento da linguagem. Diferente de propostas mais estruturalistas, que tratam a língua como um sistema de regras formais, os estudos discursivos se voltam para sua compreensão não apenas como estrutura, mas como acontecimento, como a materialidade que compõe a produção de sentidos possíveis.

Assim, se na convergência entre esses elementos, estabelecem-se os efeitos que nós estamos suscetíveis de interpretar, o jornalismo, como ponto de intersecção entre tais campos, representa um terreno fecundo à desestabilização dos efeitos de evidência tão típicos às pesquisas discursivas, por atuar frequentemente na construção de fatos. Sob a ótica desse pensamento, nosso intuito, neste texto, é problematizar o modo como a cobertura jornalística dos veículos de comunicação *online* tem *enquadrado* (PORTO, 2004) as manifestações populares e as proposições do governo, especialmente em relação aos cortes/contingenciamentos de verbas para a educação que mobilizaram milhares de pessoas, nas ruas e nas redes sociais, em maio de 2019. Para tanto, articulamos os pressupostos da Análise de Discurso de orientação francesa, em diálogo com as Teorias do Jornalismo, considerando as especificidades do jornalismo *online* que constitui nosso *corpus* de análise.

Um primeiro aspecto que merece nossa atenção no contexto é que, levando em conta o processo acelerado de elaboração e circulação de conteúdo, oriundo da internet, o jornalismo se viu diante de dilemas para as publicações de matérias, as quais, muitas vezes, perdem qualidade por falta de tempo hábil para as devidas edições e para a apuração dos fatos reportados. Imersa no cenário capitalista/empresarial, a lógica de mercado para a divulgação das notícias intensifica a necessidade de se veicular informações “antes da concorrência”. Como se vê, “a atividade jornalística é impactada por diferentes fatores que vão

¹ Discente do curso de Letras Português e Inglês da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS) e voluntária em pesquisa de iniciação científica, sob a orientação da Profa. Dra. Elaine de Moraes Santos. E-mail: monalisa.iris.quintana@gmail.com.

² Discente do curso de Jornalismo - Bacharelado da UFMS e voluntário em pesquisa de iniciação científica, sob a orientação da Profa. Dra. Elaine de Moraes Santos. E-mail: cauemreis2@hotmail.com.

desde as modificações culturais e comportamentais ocorridas na sociedade, até as quebras de paradigmas tecnológicos [...]” (LIMA JUNIOR, 2009, p. 203). Com a difusão informacional, passamos a observar sequelas em diversos setores das sociedades, revoluções organizadas por redes sociais (CASTELLS, 2013) e as crises democráticas em instituições já consolidadas.

No Brasil, os impactos causados por essa difusão na democracia ainda estão longe de serem compreendidos totalmente. Pode-se dizer que tais circunstâncias começaram a ser observadas já nas jornadas de junho de 2013, as quais tiveram início na cidade de São Paulo e se espalharam por todo o país. Na ocasião, em meio aos atos contra o aumento da tarifa do transporte coletivo – que acabaram se desdobrando em protestos contra a corrupção e em dizeres estabilizados em torno do Partido dos Trabalhadores (PT) – os participantes se vestiram de verde-amarelo, apresentando-se como o Movimento Brasil Livre: um grupo “pretensamente” independente e “apartidário”, cuja bandeira era, inicialmente, a luta contra a corrupção e cuja organização se dava por meio das redes sociais ou de sites de compartilhamento como, por exemplo, o Youtube.

Na verdade, desde 2013, passando pelas manifestações de 2015, em prol do *impeachment* de Dilma Rousseff, notamos o recrudescimento de um efeito de polarização da/na política brasileira, intensificado após o golpe que depôs a ex-presidenta no início de seu segundo mandato. Para Indursky (2016), os protestos de 2013 e 2015 foram marcados e viabilizados pelo que a autora designou de *posição-sujeito de direita*, *posição-sujeito de extrema-direita* e *posição-sujeito fascista*, caracterizados por enunciados políticos pró-golpe e por sujeitos que “sempre julgaram que os militares são os salvadores da pátria, que não encontram guarida em uma *Formação Discursiva Democrática*” (INDURSKY, 2016, p. 15).

Em 2018, com a ascensão do ultradireitista Jair Messias Bolsonaro, sob a legenda do PSL – Partido Social Liberal, o efeito de polarização política se consolidou no embate entre *Formações Discursivas* (FDs) antagônicas, principalmente no segundo turno das eleições presidenciais. Entendidas, como “aquilo que, numa conjuntura dada, determinadas pelo estado de luta de classes, determinam o que pode e deve ser dito” (PÊCHEUX, 1995, p. 160), as FDs nos permitem visualizar, de um lado, Bolsonaro defendendo a redução do poder de estado, para dar espaço aos interesses do mercado financeiro, e, de outro, o centro-esquerdista e/ou progressista, Fernando Haddad, representando governos petistas anteriores, com a reprodução de princípios mais democráticos, ao retomar projeções de políticas públicas empreendidas nas outras gestões do seu partido – como é o caso das medidas de erradicação à pobreza.

A partir da eleição de Bolsonaro, passamos a observar, no primeiro ano de seu mandato, a consolidação de um projeto neoliberal, que destituiu direitos já garantidos, atingindo diversos setores e conquistas sociais. O cenário de instabilidade se dá em função das medidas adotadas – a exemplo das propostas de reformas trabalhistas e da previdência. Tais investidas culminaram em conflagrações nas redes e nas ruas, sobretudo após a divulgação, pelo Ministério da Educação, do corte/contingenciamento de 30% do orçamento das universidades públicas brasileiras, em 30 de abril de 2019. Em entrevista ao jornal O

Estado de S. Paulo³, por exemplo, o Ministro da Educação, Abraham Weintraub, acusou as universidades federais de não produzir ciência e de funcionar como lugar de “balbúrdia”. A afirmação, além de desrespeitosa, contraria dados do relatório *Research in Brazil*, disponibilizado pela Clarivate Analytics⁴ à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes). Divulgado em janeiro de 2018, o documento aponta as instituições públicas de ensino superior como maior fonte de pesquisas e produção de conhecimentos científicos no Brasil.

Em resposta às declarações do Ministro da Educação, grandes mobilizações em defesa da educação pública (e contra os cortes de verbas) foram organizadas em todo o país. O primeiro protesto ocorreu no dia 15 de maio de 2019 e contou com a participação de milhares de pessoas⁵. As articulações nas redes sociais ainda contribuíram para convocar uma segunda mobilização, marcada para o dia 30 do mesmo mês, como forma de pressionar o governo a atender às suas reivindicações.

Como ponto de partida para discussão dessa conjuntura, montamos um *arquivo* (PÊCHEUX, 2010) a partir de publicações difundidas nos portais G1, Revista Veja, O Globo e El País, sobre os protestos em defesa da educação, dos dias 15 e 30 de maio de 2019, e a respeito da manifestação pró-Bolsonaro, do dia 26 de maio, realizada como forma de apoiar as ações governamentais em curso. Das 15 matérias reunidas, a escolha de duas, referentes aos atos do dia 30 de maio, como recorte deste texto, leva em conta suas condições de produção. Pautado em um movimento de reforço à primeira onda de reivindicações, o segundo momento, a nosso ver, potencializou a consciência social para uma realidade ainda latente: a de uma “luta inacabada”. Para o cumprimento do nosso objetivo, voltamo-nos para dois veículos com posições editoriais distintas: o jornal *online* O Globo, cujo perfil conservador se destina mais às classes dominantes; e o El País Brasil, jornal diário espanhol, de tendência social-democrata.

Vale ressaltar que, concomitantemente ao processo iniciado no dia 15 de maio, discursos de (des)legitimação às instituições públicas de ensino e às associações estudantis se espalhavam pelas redes sociais, assim como a resposta repreensiva do presidente era transmitida nas mais diversas esferas midiáticas⁶. É a partir de então que, no dia 26 de maio (domingo), apoiadores de Bolsonaro também foram às ruas, em resposta aos atos e como uma tentativa de desarticulação das mobilizações previstas para o dia 30 de maio. Chama a atenção que a escolha de dia específico para as manifestações já sinaliza o posicionamento político de cada grupo. Sabendo que o domingo é tipicamente destinado ao descanso, aos cultos religiosos e às reuniões familiares, os bolsonaristas firmaram como identificação a noção de

³ Conforme disponível em: <<https://educacao.estadao.com.br/noticias/geral,mec-cortara-verba-de-universidade-por-balburdia-e-ja-mira-unb-uff-e-ufba,70002809579>>. Acesso em: 30 jan. 2020.

⁴ Conforme disponível em: <<https://jornal.usp.br/universidade/relatorio-confirma-lideranca-da-usp-na-ciencia-brasileira/>>. Acesso em: 30 jan. 2020.

⁵ Não encontramos estimativas oficiais da quantidade de pessoas nas mobilizações em defesa da educação, ao passo que na manifestação do dia 26 de maio, pró Bolsonaro, existem divulgações de estimativas pela Polícia Militar com maior frequência nas coberturas.

⁶ Conforme disponível em: <<http://g1.globo.com/globo-news/jornal-das-dez/videos/v/bolsonaro-chama-manifestantes-de-idiotas-uteis-e-massa-de-manobra/7618813/>>. Acesso em: 30 jan. 2020.

tradicionalidade, implementada como estratégia desde a campanha eleitoral. Por outro lado, vemos que movimentos em prol das pautas da educação, por entenderem a greve como instrumento de emancipação das classes trabalhadoras e garantir a devida visibilidade de seu papel, convocavam a militância para dias de semana.

Cientes das arestas que emergem no/do arquivo e de modo a iniciar os processos de *descrição- interpretação* (ORLANDI, 2010), recortamos Sequências Discursivas (SDs) das matérias selecionadas, chamando a atenção para os títulos que, oriundos da dinâmica de atrair cliques nas redes, como primeira informação de uma notícia, cativam a atenção do leitor para o consumo:

SD I – Matéria publicada no jornal *online* El País

Segundo ato por ensino continua capilarizado por cidades do país

Manifestações ocorreram em centenas de cidades brasileiras de todos os Estados e ampliaram a pauta. Em resposta, Governo orienta pais e alunos a denunciarem professores que estimulem a participação nos protestos dentro das escolas

Estudantes e professores voltaram a protestar nesta quinta-feira contra as medidas do Governo federal que diminuíram as verbas para a educação no país. A [segunda série de atos pela educação em 15 dias](#) trouxe bandeiras mais abrangentes, como a condenação da [Reforma da Previdência](#), mas seguiu expressiva e se espalhou novamente por centenas de municípios, em todos os Estados da federação. Provocou, assim, a reação do Governo, ainda que o presidente [Jair Bolsonaro](#) não tenha se manifestado publicamente. O Ministro da Educação, Abraham Weintraub, divulgou por meio do MEC uma nota em que estimulava que pais e alunos fizessem denúncia à ouvidoria do órgão caso presenciassem a divulgação dos protestos durante o horário escolar.

Fonte: https://brasil.elpais.com/brasil/2019/05/30/politica/1559218903_836093.html. Acesso: 15 out. 2019.

Publicada no site El País Brasil, no dia 31 de maio de 2019, a SD I apresenta, em seu título, o verbo *continua*, o adjetivo *capilarizado* e, também, uma referência direta às mobilizações populares, como o *segundo ato por ensino em defesa da educação*. Nessa materialidade, a articulação entre o verbo e o numeral corrobora para a construção de sentidos voltados à persistência (continuidade do movimento iniciado no dia 15 de maio), e à *resistência*, que, nas palavras de Pêcheux (1990, p. 17), significa “[...] não entender ou entender errado; não “escutar” as ordens; não repetir as litanias ou repeti-las de modo errôneo, falar quando se exige silêncio [...] E assim começar a se despedir do sentido que reproduz o discurso da dominação”. Percebemos, aí, que *resistir* se tornou uma maneira de reforçar a união de um grupo social que, sob pressão das novas ordens discursivas, revoluciona as narrativas impostas por grupos hegemônicos vigentes.

Na mesma SD, a metáfora estabelecida por meio da palavra *capilarizado*, utilizada para designar o ato, desliza ao sentido da mobilização como forma de expressão de um organismo vivo, similar aos vasos capilares do corpo humano. Aqui, pelas vias da organicidade, os capilares, ainda que não tão notáveis quanto as artérias principais, fazem-se presentes em toda a estrutura corpórea, remetendo a um movimento persistente em cada região do território nacional. Nela, a expressão *segundo ato por ensino* pode se referir tanto às reivindicações, como à natureza formativa dos protestos.

Gohn (1997, p. 333), ao tratar dos movimentos sociais, ressalta que “há um caráter educativo nas práticas que se desenrolam no ato de participar, tanto para os membros da sociedade civil, como para a sociedade mais geral [...] quando há negociações, diálogos ou confrontos”. No limiar desse pensamento, entendemos que sair às ruas pela educação, longe de representar um ato de *balbúrdia*, figura como parte do próprio processo de formação cidadã, pois, para além da defesa dos recursos em torno de um direito constitucional, a existência das mobilizações, em si, já performativa um desenvolvimento educacional maior.

SD II – Matéria publicada no jornal *online* O Globo



Dia 30 foi menor: nas redes, protesto pela educação tem metade do impacto registrado no dia 15

Estudo da FGV DAPP mostra que atos desta quinta-feira (30) motivaram 444,5 mil publicações no Twitter; no dia 15, elas foram mais de um milhão

O Globo
30/05/2019 - 18:53 / Atualizado em 30/05/2019 - 19:11

Um estudo da Diretoria de Análise de Políticas Públicas da FGV (DAPP) analisou a repercussão dos protestos desta quinta-feira (30) no Twitter e no Facebook. Em um levantamento feito de meia-noite até as 17h mostrou que os atos desta quinta mobilizaram metade do número de publicações feitas na manifestação do dia 15 de maio.

Um estudo da Diretoria de Análise de Políticas Públicas da FGV (DAPP) analisou a repercussão dos protestos desta quinta-feira (30) no Twitter e no Facebook. Em um levantamento feito de meia-noite até as 17h mostrou que os atos desta quinta mobilizaram metade do número de publicações feitas na manifestação do dia 15 de maio.

Fonte: <https://oglobo.globo.com/sociedade/dia-30-foi-menor-nas-redes-protesto-pela-educacao-tem-metade-do-impacto-registrado-no-dia-15-23706960>. Acesso: 15 out. 2019.

No título da SD II, publicada no jornal O Globo, outros sentidos podem ser produzidos acerca atos em defesa da educação. Primeiramente, ao afirmar que o *dia 30 foi menor*, passamos de uma noção de organicidade para uma ideia de perda e de enfraquecimento. Além disso, o critério estabelecido para a visibilidade da notícia deixa de ser as manifestações engendradas nas ruas e passa à repercussão delas nas redes. Considerando a esfera jornalística enquanto espaço de entrecruzamento entre práticas discursivas, compreendemos, com Porto (2004, p. 80), que a construção noticiosa parte de processos que “organizam o discurso através de práticas específicas (seleção, ênfase, exclusão) e que acabam por

construir uma determinada interpretação dos fatos”. Dessa forma, o modo como o texto jornalístico pode afetar o imaginário dos consumidores é resultado do que chamamos de *enquadramento*.

Para além dos títulos empregados nas SDs I e II, observamos, também, as linhas finas – fragmento textual logo abaixo do título e que complementa as suas informações. No primeiro jornal, o trecho traz a resposta do governo às reivindicações, demonstrando o exercício de práticas coercitivas institucionais, principalmente pelo incentivo à *denúncia* dos participantes. Enquanto isso, o segundo veículo se ateu ao levantamento quantitativo das mobilizações nas redes sociais como forma de justificar o *menor* impacto explicitado no título. Consequentemente, com Castells (2013, p. 130), podemos pensar que “há um cenário de constante risco, já que a manutenção da ordem social e a estabilidade das instituições políticas expressam relações de poder exercidas, se necessário, pela intimidação [...]”. Logo, o conteúdo das linhas finas – *governo orienta pais e alunos a denunciarem professores que estimulem a participação nos protestos dentro das escolas* – visibiliza a maquinaria e a motivação dessas relações de força: enfraquecer mobilizações, coagir e deslegitimar professores, estudantes e demais profissionais da educação.

Já com relação aos *leads*, primeiro parágrafo de um texto noticioso e abrigando as principais informações pertinentes às matérias, podemos observar, na SD I, a retomada às respostas coercitivas divulgadas pelo Ministro da Educação, acionando a memória de um governo autoritário, antidemocrático, característico de períodos como os vividos na Ditadura Militar brasileira. Na SD II, entretanto, temos a promoção de um efeito de minimização do impacto das mobilizações, em virtude da sua menor repercussão na internet – o que restringiu os atos a uma espécie de “batalha de *hashtags*”.

Na sociedade do capitalismo tardio – globalizada e imersa na lógica de produção para o consumo – podemos considerar que a relação entre os sentidos mobilizados nos veículos supracitados e suas distintas posições editoriais colaboram para intensificar o efeito de polarização política observado desde 2013. Tal fato coloca em xeque as conflagrações ideológicas enfatizadas a partir das eleições de 2018 e, posteriormente, acentuadas no primeiro ano de governo de Jair Messias Bolsonaro. Diante das discussões traçadas até aqui, afirmamos que os enquadramentos midiáticos em torno das manifestações de 30 de maio contribuem para fomentar, no imaginário dos leitores, um apagamento das lutas democráticas pela garantia de direitos. No batimento entre as notícias selecionadas, observamos que, ao tratar das mobilizações sociais articuladas em defesa da educação, as discursividades que circularam nos dois jornais em questão colaboraram para a produção de efeitos de (des)legitimação que incidem ora sobre as mobilizações sociais, ora sobre a educação e seus profissionais.

REFERÊNCIAS

- CASTELLS, M. *Redes de indignação e esperança: movimentos sociais na era da internet*. Trad. Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.
- GOHN, M. da G. M. *Teorias dos movimentos sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos*. São Paulo: Edições Loyola, 1997.



INDURSKY, F. Os (des)caminhos do discurso político brasileiro na contemporaneidade. In: GRIGOLETTO, E.; NARDI DE, S. F. (Orgs.). *Análise do Discurso e sua história: avanços e perspectivas*. Campinas: Pontes, 2016, p. 65-88.

LIMA JUNIOR, W. T. Tecnologias emergentes desafiam o jornalismo a encontrar novos formatos de conteúdo. *Comunicação & Sociedade*, Ano 30, n. 51, p. 201-225, jan./jun. 2009.

ORLANDI, E. P. *Análise de discurso: princípios & procedimentos*. Campinas: Pontes, 2010.

PÊCHEUX, M. *Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. Trad. Eni Puccineli Orlandi. 2. ed. Campinas: Unicamp, 1995.

PÊCHEUX, M. Delimitações, inversões, deslocamentos. Tradução de José Horta Nunes. *Caderno de estudos linguísticos*, n.19, julho/ dezembro, p. 7-24, 1990. Disponível em: <<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cel/article/view/8636823/4544>>. Acesso em: 07 jan. 2020.

PÊCHEUX, M. Ler o arquivo hoje. In: ORLANDI, E. P. (Org.). *Gestos de leitura: da história no discurso*. 3. ed. Campinas(SP): Editora da UNICAMP, 2010, p. 49-59.

PORTO, M. P. Enquadramentos da Mídia e Política. In: RUBIM, A. A. C. (Org.). *Comunicação e Política: conceitos e abordagens*. Salvador: Edufa, 2004, p. 73-104.